

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	
O MODELO DA CONCESSÃO.....	17
1 EM BUSCA DE UMA CARACTERIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO MODELO CONCESSÓRIO.....	17
1.1 A concessão como classe-gênero das espécies concessão (comum) de serviços públicos, concessão patrocinada e concessão administrativa	23
2 CARACTERÍSTICAS DA TÉCNICA CONCESSÓRIA	24
3 UMA BREVÍSSIMA INCURSÃO PELO DIREITO COMPARADO.....	33
3.1 O Direito português	34
3.2 O Direito francês	37
3.3 O Direito espanhol	45
3.4 O Direito europeu comunitário.....	50
4 A CONSTITUCIONALIDADE DOS NOVOS TIPOS CONCESSÓRIOS: CONCESSÃO PATROCINADA E CONCESSÃO ADMINISTRATIVA	53
4.1 As críticas à constitucionalidade dos novos modelos concessórios	54

4.2 A interpretação gramatical do texto constitucional conduz ao reconhecimento da constitucionalidade das figuras	55
4.3 A interpretação lógico-normativa da Constituição e o reconhecimento da constitucionalidade das novas espécies de concessão	57
4.4 A instrumentalidade da concessão à realização do interesse coletivo e de valores fundamentais – inexistência de uma configuração rígida fixada pela Constituição	58
4.5 Refutação da tese que advoga a usurpação, pela União, da competência legislativa dos entes locais na configuração dos novos modelos concessórios.....	60

CAPÍTULO II

A CONCESSÃO (COMUM) DE SERVIÇOS PÚBLICOS: CARACTERIZAÇÃO, OBJETO E PARTES.....

63

1 INTRODUÇÃO.....	63
2 NOTAS GENÉRICAS SOBRE A CONCESSÃO COMUM DE SERVIÇOS PÚBLICOS	63
3 OBJETO DA CONCESSÃO COMUM DE SERVIÇO PÚBLICO: A <i>DELEGAÇÃO</i> DA GESTÃO DE UM SERVIÇO PÚBLICO.....	64
3.1 O objeto da delegação: a <i>gestão</i> de um serviço público.....	67
3.1.1 Distinção entre concessão e terceirização	71
3.2 O serviço público como objeto da gestão delegada	73
3.2.1 A definição Jurídica de <i>serviço público</i> no direito brasileiro	73
3.2.1.1 Os três ângulos da caracterização do serviço público...	74
3.2.1.1.1 O ângulo formal do serviço público: a aplicação de um regime de direito público.....	75
3.2.1.1.2 O ângulo subjetivo: atividade desempenhada pelo Estado	82
3.2.1.1.3 O ângulo material: caracterização da atividade de serviço público	86
3.2.1.1.3.1 O serviço público como atividade administrativa de prestação.....	87

3.2.1.1.3.2 Serviço público e função pública	89
3.2.1.1.3.3 Serviço público e atividade econômica	92
3.2.1.1.3.3.1 A insuficiência da tese essencialista	93
3.2.1.1.3.3.2 A proximidade entre os essencialistas e os convencionalistas-legalistas	95
3.2.1.1.3.3.3 Ainda a singularização do serviço pú- blico relativamente a outras atividades econômicas	97
3.2.1.1.3.3.4 A insuficiência da tese da afetação do ser- viço público a valores fundamentais co- mo traço que o autonomiza de outras ati- vidades econômicas.....	99
3.2.1.1.3.3.5 A discricionarietà legislativa na cria- ção do serviço público	101
3.2.2 Os serviços <i>uti singuli</i> e <i>uti universi</i> e a aplicação do mo- delo concessório	106
3.2.2.1 A relatividade da distinção entre serviços <i>uti singuli</i> e serviços <i>uti universi</i>	107
3.2.2.2 A superação do caráter compulsório do serviço co- mo óbice à aplicação da concessão.....	110
3.3 Ainda o objeto da concessão comum: os arranjos possíveis....	123
3.3.1 A concessão pura de serviço público	124
3.3.2 A concessão de serviço público precedida da execução de obra pública.....	125
3.3.3 A concessão de obra pública.....	126
3.3.3.1 A acumulação (no objeto da concessão) de obras sem vocação à exploração econômica	130
3.3.3.2 A acumulação no objeto do contrato de mais de uma concessão de obra ou de serviço público	133
3.4 Concessão de atividade econômica – a viabilidade em se utili- zar do modelo para delegar-se a gestão de atividade que não se qualifique tecnicamente como serviço público	135

4 A CONFIGURAÇÃO SUBJETIVA DA CONCESSÃO COMUM	139
4.1 A afirmação da bilateralidade da concessão e a situação jurídica dos usuários	139
4.2 O poder concedente	146
4.2.1 Poder concedente e Administração indireta	147
4.2.1.1 Autarquia como poder concedente	153
4.2.1.2 Empresas estatais como poder concedente	155
4.2.1.3 A fundação como poder concedente.....	162
4.2.1.4 Os consórcios públicos como poder concedente	165
4.2.1.5 Empresa estatal na qualidade de concessionária de serviços públicos.....	166
CAPÍTULO III	
O SISTEMA REMUNERATÓRIO DA CONCESSÃO.....	169
1 INTRODUÇÃO	169
2 A CONCESSÃO COMO VIA AO FINANCIAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO	170
2.1 O modelo da prestação direta	170
2.2 O modelo concessório.....	172
3 A TARIFICAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO: SERVIÇOS PRESTADOS EM REGIME DE MONOPÓLIO E SERVIÇOS PRESTADOS EM REGIME DE CONCORRÊNCIA.....	174
4 A NATUREZA DA TARIFA	178
5 ALGUNS CONCEITOS OPERACIONAIS: TARIFA TÉCNICA, TARIFA MÓDICA E TARIFA RAZOÁVEL	181
6 A FIXAÇÃO DO MONTANTE DA TARIFA	186
6.1 A fixação do montante da tarifa – as fórmulas usualmente acolhidas.....	186
6.1.1 O método de fixação pelo custo do serviço: <i>rate of return</i> ou <i>cost plus</i>	187

6.1.2	O método de tarifa máxima ou <i>price cap</i>	190
6.1.3	A técnica regulatória do <i>yardstick competition</i>	193
6.2	Ainda a fixação da tarifa – os diversos aspectos a considerar ..	194
7	A INSTITUIÇÃO LEGISLATIVA DE POLÍTICAS TARIFÁRIAS	195
8	AS TARIFAS DIFERENCIADAS.....	197
8.1	O recurso à extrafiscalidade na tarifação: a tarifa social	198
8.1.1	O subsídio internalizado na concessão	201
8.1.2	Fontes externas (à concessão) de financiamento do serviço	209
8.1.3	A tarifa extrafiscal em sua vertente predominantemente regulatória	213
9	AS RECEITAS ALTERNATIVAS COMO PEÇA DO SISTEMA REMUNERATÓRIO DAS CONCESSÕES NO DIREITO BRASILEIRO.....	216
9.1	Receitas oriundas de empreendimentos com vínculo material com a execução da concessão em si.....	218
9.2	Receitas sem vinculação direta com a concessão.....	221
9.3	A implementação de receitas alternativas: dever jurídico do poder concedente?.....	223
9.4	A implementação de receitas adicionais durante a execução do contrato de concessão.....	225
9.4.1	A implementação de receitas adicionais durante a execução do contrato de concessão – restrição da hipótese à via consensual	226
9.5	O acolhimento de fórmulas que promovam a repartição dos ganhos excedentes	228
9.6	A integração de fontes alternativas de custeio como via à recomposição da equação econômico-financeira da concessão.....	233
10	A PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO NO CUSTEIO DA CONCESSÃO.....	235
10.1	A orientação legislativa superveniente (o advento da concessão patrocinada)	237
10.2	A hipótese da promoção excepcional de contraprestação pecuniária provida pela Administração no âmbito da concessão comum	241

10.3 A conversão de uma concessão comum em concessão administrativa.....	248
11 A EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA NA CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	248
11.1 O princípio constitucional da manutenção da equação econômico-financeira do contrato e sua exegese convencional.....	249
11.2 O princípio constitucional da manutenção da equação econômico-financeira nas concessões – inaplicabilidade do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e a possibilidade de distribuição de riscos extraordinários	255
REFERÊNCIAS.....	261
ANEXO 1.....	273
ANEXO 2.....	295